

Comissão Europeia questiona 8 plataformas por uso de IA generativa

Com eleições parlamentares em junho, órgão executivo da UE teme proliferação de imagens e vídeos manipulados nas redes

Nesta quinta-feira, a Comissão Europeia, o órgão executivo da União Europeia (UE), solicitou a oito plataformas on-line explicações sobre suas respectivas medidas de gestão dos riscos associados à inteligência artificial (IA) generativa. A solicitação se baseou na Lei de Serviços Digitais, que entrou em vigor há um mês, e deve-se à preocupação da UE com o impacto que informações, imagens e vídeos manipulados pela IA generativa podem ter nas eleições parlamentares do bloco, em junho.

As solicitações têm por alvo os buscadores Bing, da Microsoft, e Google, da Alphabet, além das plataformas Facebook, Instagram, Snapchat, TikTok, YouTube e X (antigo Twitter). As oito plataformas deverão fornecer

informações "sobre as respectivas medidas de mitigação dos riscos relacionados com a IA generativa", explicou a Comissão. O objetivo é saber se as plataformas têm estratégias para mitigar os riscos da IA generativa, o que inclui "as chamadas alucinações, quando a IA fornece informações falsas, além da propagação viral de deepfakes e da manipulação automatizada de serviços que possam enganar os eleitores."

PROTEÇÃO DE MENORES

Um representante da Comissão explicou, em teleconferência com a imprensa, que o órgão quer saber se as plataformas estão prontas para um cenário em que um deepfake de alto impacto seja distribuído em grande escala às vésperas das eleições. Ele acrescentou que o

objetivo é "alertar e equipar as plataformas para que estejam mais bem preparadas para qualquer tipo de incidente que possa surgir durante as próximas eleições". As empresas devem fornecer as informações solicitadas à Comissão até 5 de abril para questões relacionadas às medidas tomadas para evitar que as ferramentas da IA espalhem informações erradas sobre as eleições e até 26 de abril para as demais questões.

A Comissão também está solicitando informações e documentos internos sobre as avaliações de risco e as medidas de mitigação relacionadas ao impacto da IA generativa na proteção dos direitos fundamentais, na violência de gênero, na proteção de menores, no bem-estar mental, na proteção de dados pessoais, na proteção do consumidor e na pro-



Na mira. Solicitações incluem Bing, da Microsoft, Google, da Alphabet, Facebook, Instagram, Snapchat, TikTok, YouTube e X.

idade intelectual.

A solicitação de informações não implica aplicação de punições. Mas a Comissão, conforme a Lei de Serviços Digitais, pode impor multas no caso de receber informações incorretas, incompletas ou enganosas. Essa legislação permite aos reguladores multar as big techs em até 6% de sua receita anual e até mesmo banir uma empresa.

De acordo com a rede CNN, o pedido de informações enviado ao X também estaria ligado a uma investigação sobre a rede social do bilionário Elon Musk, sobre

como a plataforma lida com conteúdo ilegal e desinformação. No fim de fevereiro, a CEO do X, Linda Yaccarino, reuniu-se com o comissário de Mercado Interno da UE, Thierry Breton.

PUBLICIDADE NO LINKEDIN Em outra frente, a Comissão pediu esclarecimentos ao LinkedIn, da Microsoft. Segundo o jornal francês Le Monde, a rede social de trabalho é suspeita de usar dados pessoais sensíveis de seus usuários, como orientação sexual e opiniões políticas, para direcionamento de publicidade.

A Lei de Serviços Digitais exige que as plataformas sejam transparentes nos parâmetros usados na publicidade direcionada.

De acordo com o site Euractiv, organizações da sociedade civil apresentaram uma queixa à Comissão em fevereiro, sobre uma possível violação das novas normas por parte do LinkedIn. Um porta-voz da rede social disse ao site que a empresa cumpre as determinações da Lei de Serviços Digitais, inclusive com relação à publicidade direcionada, e está cooperando com a Comissão.

UE investiga AliExpress por suspeita de vender itens ilegais e falsificados

A Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia (UE), abriu uma investigação formal na quinta-feira contra o site chinês de comércio eletrônico AliExpress, por

suspeita de violação das normas do bloco sobre distribuição de produtos perigosos e falsificados. A investigação vai focar em uma suposta falta de aplicação das regras do

próprio AliExpress, que problema comercialização de produtos que tragam risco à saúde dos consumidores, como medicamentos e suplementos alimentares falsos, além do acesso a material pornográfico

por parte de menores.

A Comissão ainda investiga a falta de medidas para evitar a disseminação de conteúdo ilegal e para impedir a manipulação intencional da plataforma por meios chamados "links ocul-

tores", bem como o fato de influenciadores promoverem produtos ilegais ou perigosos por meio do "Programa Afiliado" do AliExpress. A investigação acontece com base na Lei dos Serviços Digitais, a ambiciosa

norma que regulamenta a operação das big techs no bloco europeu. Pela legislação, o AliExpress tem a obrigação de garantir a transparência dos parâmetros usados no sistema de recomendações da plataforma.

A Comissão já havia solicitado informações ao AliExpress em novembro de 2023 e em janeiro deste ano.

Dona do TikTok já fatura US\$ 120 bi, afirma FT

Com salto de 40% na receita em 2023, ByteDance está perto de se tornar maior rede social do mundo



TikTok. Aplicativo de vídeos curtos atingiu US\$ 120 bi em vendas nos EUA.

O TikTok alcançou receitas recordes nos Estados Unidos em 2023, onde enfrenta uma ofensiva legal da Câmara dos Representantes para restringir suas operações no país. De acordo com reportagem do Financial Times, o aplicativo de vídeos curtos de propriedade da chinesa ByteDance atingiu US\$ 16 bilhões em vendas nos EUA.

O número foi confirmado ao jornal britânico por três fontes que tiveram acesso aos dados da empresa, que, por ter capital fechado, não divulga balanços financeiros.

De acordo com o Financial Times, a ByteDance está a ca-

minho de ultrapassar a Meta, dona de Facebook, Instagram e WhatsApp, como a maior empresa de mídia social do mundo em faturamento.

As receitas da chinesa chegaram a US\$ 120 bilhões no ano passado, um aumento de cerca de 40% em relação a 2022, impulsionado, segundo o jornal, pelo crescimento explosivo do TikTok, embora a ByteDance obtenha a maior parte de suas receitas da China. Lá, o aplicativo de vídeos curtos é conhecido como Douyin.

A Meta, por sua vez, registrou receitas de US\$ 135 bilhões no ano passado, mas em um ritmo de expansão bem mais modesto: a alta em

relação a 2022 foi de 16%. O forte crescimento da ByteDance e seu avanço nos EUA têm preocupado os parlamentares americanos. Esta semana, a Câmara aprovou um projeto de lei para forçar que o TikTok seja vendido a uma empresa não chinesa dentro de seis meses, sob pena de ser banido dos EUA. O projeto vai agora para o Senado, mas não há data prevista para votação.

PEQUIM SE OPÕE À VENDA

Uma possível venda, no entanto, enfrentaria dois obstáculos: o preço elevado — estimativas da Bloomberg Intelligence avaliam a operação americana do TikTok entre US\$ 35 bilhões e US\$ 40 bilhões — e a necessidade de aprovação de Pequim. Embora o TikTok continue não sendo lucrativo devido ao seu pesado investimento em expansão global, a ByteDance registrou lucro líquido de US\$ 28 bilhões em 2023, disseram as fontes citadas pelo FT. Uma das fontes desse ganho é o crescente negócio de comércio eletrônico pelo TikTok.

O FT ressalta que perder o mercado dos EUA terá consequências globais para o TikTok, pois perder influenciadores e celebridades americanas reduziria o apelo do aplicativo.

A China diz se opor firmemente a uma venda forçada do TikTok. Em 2020, novos controles de exportação dão a Pequim o poder de assinar qualquer venda ou alienação da plataforma.

França quer multar 'fast fashion' de apps como Shein

Projeto de lei cria taxa de € 5 por peça a partir de 2025. Empresas terão de informar impacto ambiental



Limite ao consumo. Roupas baratas como as vendidas pela Shein são o alvo.

na, Christophe Béchu.

A principal medida prevista no projeto de lei atinge o bolso: a partir de 2025, será aplicada uma taxa de € 5 (R\$ 28) por item, que aumentará progressivamente até atingir € 10 (R\$ 54,50) em 2030. Essa tarifa, porém, não poderá exceder 50% do preço do produto.

As receitas dessa taxa vão subsidiar os produtores de roupas sustentáveis, dando-lhes mais competitividade. —A indústria têxtil é a mais poluente — afirmou a relatora do projeto de lei, deputada Anne-Cécile Violland, acrescentando que o setor é responsável por 10% das emissões de gases do efeito

estufa, além de poluir a água. Como exemplos de produção intensiva de moda, o parlamentar destacou a chinesa Shein e suas "7.200 novas peças por dia". O projeto de lei aplicará critérios como o volume de roupas produzidas e a velocidade de rotação das novas coleções para determinar o que constitui fast fashion. Isso inclui vídeos nas redes sociais, especialmente no TikTok, mostrando "achadinhos".

A Shein é uma das marcas pioneiras nesse tipo de vídeo, por meio de parcerias fechadas com influenciadores, que mostram produtos de código de desconto para seus seguidores. Pela lei, esses criadores de conteúdo ficarão proibidos de fazer esse tipo de publicidade. Uma porta-voz da Shein disse ao jornal francês Libération que "a proibição da publicidade é um grave atentado à liberdade de empreendedores".

—Nossa ambição é reduzir os impulsos de compra, que têm consequências ambientais, sociais e econômicas — afirmou Anne-Cécile Violland.

Os deputados ecologistas e do partido La France Insoumise tentaram, sem sucesso, incluir no projeto redes como H&M, Zara e Decathlon.